P. M. CARACARAÍ
PROC 059/2020
FLS: 003
ASS:

PROJETO BÁSICO

1. OBJETO

1.1 **Aquisição de EPI, para atender os profissionais de saúde em CARÁTER DE URGÊNCIA, nas demandas da Secretaria Municipal de Saúde no enfrentamento ao COVID 19**, conforme especificações e quantidades estabelecidas abaixo:

LOTE I COVID 19					
ITEM	**DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO**	**UND**	**QUANT.**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
1.	Mascara desc. Branca tripla, tnt, camada protetora com clip nasal, elastico	und	3000	3,60	10.800,00
2.	Avental descartável uso hospitalar, 30 g/m² manga longa punho com elástico branca tamanho único TNT 100% polipropileno.	und	750	24,00	18.000,00
3.	Luva de latex, desc. Procedimento não cirurgico, cx com 100 unidades, tam. P	cx	5	49,99	249,95
4.	Luva de latex, desc. Procedimento não cirurgico, cx com 100 unidades, tam. M	cx	9	49,99	449,91
5.	Luva de latex, desc. Procedimento não cirurgico, cx com 100 unidades, tam. G	cx	10	49,99	499,90
				VALOR GLOBAL	**R$ 29.999,76**

LOTE II PAB INCREMENTO					
ITEM	**DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO**	**UND**	**QUANT.**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
1.	Mascara desc. Branca tripla, tnt, camada protetora com clip nasal, elastico	und	3000	3,60	10.800,00
2.	Avental descartável uso hospitalar, 30 g/m² manga longa punho com elástico branca tamanho único TNT 100% polipropileno.	und	750	24,00	18.000,00
3.	Luva de latex, desc. Procedimento não cirurgico, cx com 100 unidades, tam. P	cx	5	49,99	249,95
4.	Luva de latex, desc. Procedimento não cirurgico, cx com 100 unidades, tam. M	cx	9	49,99	449,91
5.	Luva de latex, desc. Procedimento não cirurgico, cx com 100 unidades, tam. G	cx	10	49,99	499,90
				VALOR GLOBAL	**R$ 29.999,76**

2. JUSTIFICATIVA

2.1 Considerando a necessidade de adoção de medidas voltadas ao enfrentamento da pandemia do novo Coronavirus (COVID-19), e levando em conta que uma das ações essenciais para se obter êxito nas medidas de prevenção ao contagio diz respeito a comunicação estratégica e eficiente de forma que possa ser

P. M. CARACARAÍ
PROC 059/2020
FLS: 004
ASS:

assimilada pela população para que esta passe a contribuir efetivamente com as ações planejadas pelo poder público municipal.

2.2 Considerando o alto índice de transmissibilidade do novo Coronavírus (COVID-19), percebe-se que as autoridades mundiais, especialmente no Brasil, têm buscado adotar de forma imediata ações que visam mitigar as consequências destrutivas da pandemia, visto que esta cresce largamente a cada dia, fazendo inúmeras vítimas diariamente por todo o mundo.

2.3 Considerando as projeções e alertas do Ministério da Saúde ao afirmar que o pico de contágio do novo Coronavírus ainda estar por acontecer no Brasil, e prova disso, é o fato de os números de infectados no País e não diferentemente em Roraima ter aumentos diários, isso deixa claro a importância de adotar medidas em caráter de urgência voltadas a promover a prevenção e o enfrentamento da pandemia. Sendo que um ponto chave quando falamos de prevenção é a sensibilização e a disciplina social da população. E isso é um resultado que se obtém através da disseminação de informações claras e estrategicamente elaboradas.

2.4 Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) da Organização Mundial da Saúde de 30.01.2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19), bem como o Decreto Legislativo nº 6, de 20.03.2020, em que o Congresso Nacional reconhece a ocorrência do estado de calamidade pública na esfera federal em razão da pandemia do Coronavírus no Brasil. Considerando ainda, que o Governo do Estado de Roraima, seguiu a mesma linha ao editar o Decreto Nº 28.635-E, e declara estado de calamidade pública em todo o território do Estado de Roraima para fins de prevenção e enfrentamento à epidemia causada pela COVID-19.

2.5 Considerando que a Prefeitura Municipal de Caracaraí, por meio do Decreto Nº 007, de 23.03.2020, declarou "Situação de Calamidade Pública no âmbito do Município de Caracaraí/RR", estabelecendo medidas para prevenção e enfrentamento da pandemia, e que em seu artigo 2º autoriza a dispensa de licitação para aquisição de bens e serviços destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da COVID-19 (novo Coronavírus), nos termos do que prescreve o art. 24 da Lei nº 8.666/1993, de 21/06/1993 – Lei Geral de Licitações e contratos).

2.6 Considerando o difícil acesso as áreas ribeirinhas do Baixo Rio Branco, bem como a necessidade imediata de atender a população dessas árias no combate ao Coronavirus.

2.7 Ante as considerações apresentadas, justificamos a aquisição ora proposta de forma emergencial para possibilitar ao Município, **Aquisição de EPI para atender em CARÁTER DE URGÊNCIA, as demandas da Secretaria Municipal de Saúde no enfrentamento ao COVID 19**, visto que essas implementações estão contempladas no PLANO DE CONTINGÊNCIA MUNICIPAL PARA ENFRENTAMENTO DA DOENÇA PELO CORONAVÍRUS 2019 (COVID-19).

Logo, o serviço a ser contratado deverá ainda guardar perfeita compatibilização com as especificações, quantidades e condições constantes no presente PROJETO BÁSICO.

Logo, o serviço a ser contratado deverá ainda guardar perfeita compatibilização com as especificações, quantidades e condições constantes no presente PROJETO BÁSICO.

3. CONTRATO – VIGÊNCIA DO PROCESSO

3.1. O presente contrato vigorará por 30 (trita) dias, a contar do dia seguinte da assinatura do contrato, cessando de pleno direito no final deste período, independente de notificação ou aviso, podendo ser substituído por outro instrumento hábil de acordo com a Lei 8.666/93.

4. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

4.1. O objeto do presente Projeto Básico será fornecido conforme a necessidade da **Secretaria Municipal de Saúde** através de requisição (o fornecedor deverá obrigatoriamente, sob pena de rescisão contratual, entregar na Secretaria Municipal de Saúde, no dia da assinatura do contrato, documento da empresa contendo os dados para contato, incluindo obrigatoriamente um endereço de e-mail para o qual serão enviadas as requisições).

P. M. CARACARAÍ
PRO0059/2020
FLS: 005
ASS:

4.2. O não cumprimento do disposto no item 4.1 do presente termo acarretará a anulação do contrato bem como a aplicação das penalidades previstas no edital e a convocação do fornecedor subseqüente considerando a ordem de classificação do certame.

4.3. A administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com os termos deste Projeto Básico.

5. VALOR ESTIMADO

5.1. O custo estimado total da presente aquisição é de **R$ 59.999,52 (Cinquenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta e dois centavos).** O custo estimado foi apurado a partir de mapa de preços constante do processo administrativo, elaborado com base em orçamentos recebido de empresas do ramo pertinente, em pesquisas de mercado.

5.2. A despesa decorrente da contratação do objeto deste Projeto Básico correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

PROGRAMA DE TRABALHO	ELEMENTO DE DESPESA	RED	FONTE DE RECURSO	VALOR ESTIMADO
10.301.0213.4.022	3390.30.00	342	INCREMENTO PAB	R$ 29.999,76
10.301.0213.4.026	3390.30.00	350	COVID 19	R$ 29.999,76
			VALOR GLOBAL	**R$ 59.999,52**

E no exercício seguinte à conta do orçamento vigente naquele exercício, previsto para esta modalidade de despesa.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada obriga-se a:

6.1.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, às suas expensas, os itens entregues com qualidade inferiores aos estipulados neste Projeto Básico;

6.1.2. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente Projeto Básico;

6.1.3. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Projeto Básico;

6.1.5. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Projeto Básico ou na minuta de contrato;

6.1.6. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

6.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

6.1.8. Comunicar à **Secretaria Municipal de Saúde**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas quaisquer alterações nos dados para contato com o Contratado;

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. A Contratante obriga-se a:

7.1.1. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

7.1.2. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

P. M. CARACARAÍ
PROC 059/2020
FLS: 006
ASS:

8. MEDIDAS ACAUTELADORAS

8.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do objeto deste Projeto Básico, a **Secretaria de Municipal de Saúde** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa vencedora as seguintes sanções:

a) Advertência;
b) Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso no fornecimento dos bens, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;
c) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial;
d) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a **Secretaria Municipal de Saúde**, pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

10.2. As multas a que se referem os subitens anteriores serão descontadas dos pagamentos devidos pela **Secretaria Municipal de Saúde** ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.

10.3. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da Lei.

10.4. Independente da sanção aplicada, a inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar, ainda, a rescisão contratual, nos termos previstos na Lei nº. 8.666/93, bem como a incidência das consequências legais cabíveis, inclusive indenização por perdas e danos eventualmente causados à CONTRATANTE.

10.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

10.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Caracaraí/RR, 20 de maio de 2020.

P. M. CARACARAÍ
PROC 059/2020
FLS: 007
ASS:

Hendre Gregório da Silva
Secretário Municipal de Saúde
Dec. 013/2018

Aprovo, em 20 de maio de 2020.

Maria Raquel Menezes de Oliveira
Secretária Municipal de Administração
Port. 0124/2019